

Pressão por mais dinheiro

GILBERTO NASCIMENTO/AGÊNCIA CÂMARA

Manuela Borges

As próximas 36 horas serão de intensa negociação em torno da regulamentação da Emenda 29. Hoje, o projeto de lei complementar que prevê a normatização dos repasses à saúde entra na pauta de votação da Câmara dos Deputados. Embora o Governo já tenha anunciado que não aceitará a proposta da Frente Parlamentar da Saúde da Câmara — que obriga a União a vincular 10% de toda a arrecadação anual e aplicar na saúde — até membros da base aliada já admitem que entrarão na queda de braço com o Planalto para que o setor receba mais recursos.

Isso é o que garante o presidente da Frente Parlamentar da Saúde, Darcísio Perondi (PMDB-RS), que também é vice-líder do PMDB na Câmara. Segundo Perondi, os deputados e senadores não vão aceitar aprovar a regulamentação capenga da Emenda 29. "Nós até entendemos que, em um primeiro momento, vincular a receita da saúde a 10% da arrecadação da União pode arranhar o Orçamento do Governo. Por isso, estamos propondo um escalonamento dessa porcentagem. No primeiro ano, a vinculação seria de 8,5% até chegar aos 10%", explica.

O Palácio do Planalto quer que a Emenda 29 — conhecida como a Emenda da Saúde — seja regulamentada da forma como o texto foi criado e já vigora desde 2000. Ou seja, o que o aumento do repasse dos recursos da saúde esteja vinculado ao

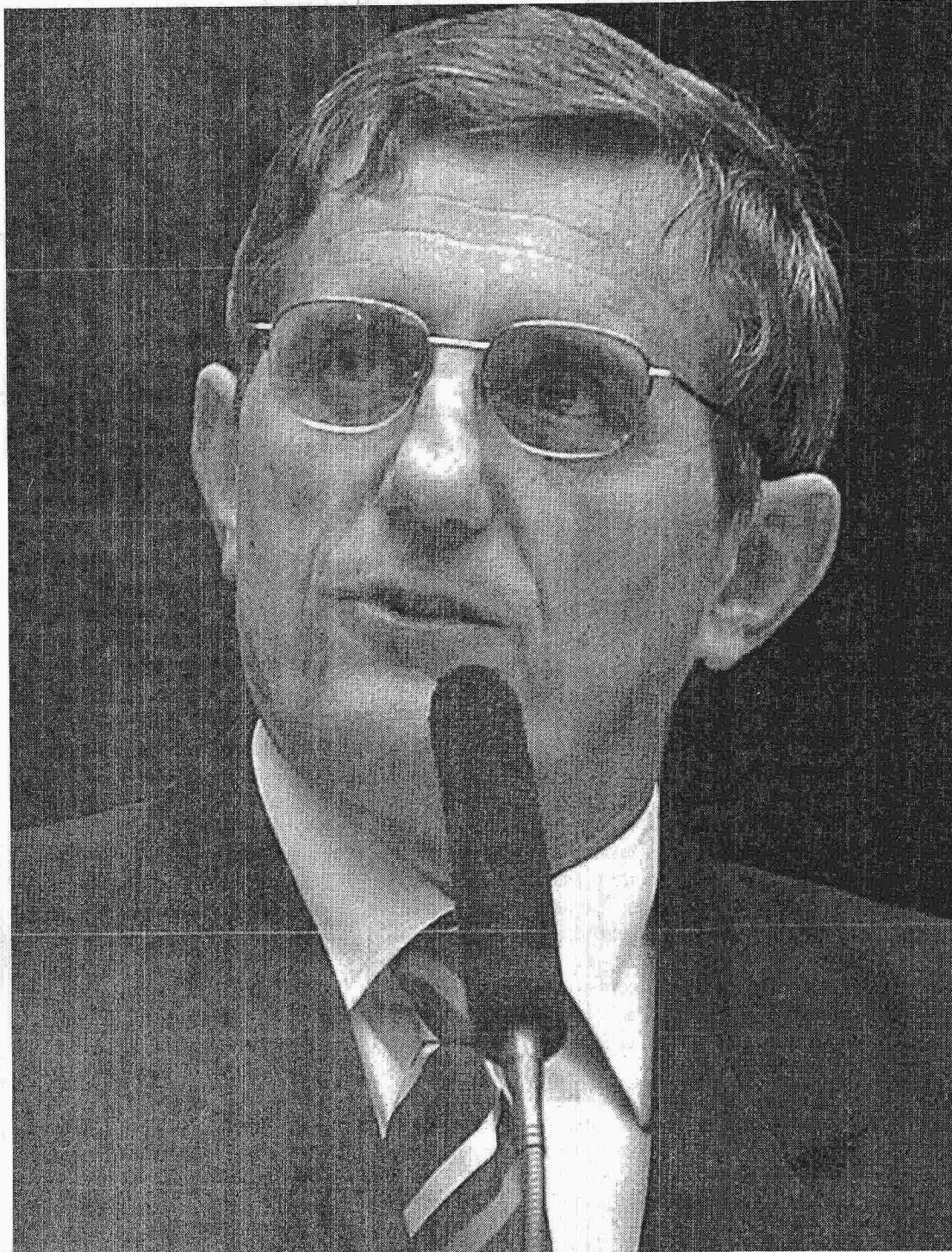
crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nominal, o que resultaria num acréscimo de apenas R\$ 3 bilhões em receita para a saúde em 2008.

Pela proposta do Congresso, se a saúde receber 10% do volume arrecadado no ano que vem, a verba aumentaria de R\$ 20 bilhões para R\$ 47 bilhões, o que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, considera incompatível com o Orçamento.

■ Irredutível

Perondi se reuniu ontem com o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, para discutir a tramitação da emenda. "O ministro me disse que o Mantega está irredutível. Mas afirmou que a Pasta precisa de pelo menos R\$ 36 bilhões a mais, nos próximos quatro anos, para melhorar SUS", revela.

A votação da emenda também está sendo usada pelo Governo como uma moeda de troca para conseguir aprovar a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) no Senado. Ainda sem maioria sólida (são necessários 49 votos) para prorrogar o imposto cheque até 2011, o Executivo prepara um pacote de isenções fiscais para apresentar à oposição. Uma das propostas é aumentar o percentual da CPMF que é destinado à saúde. Hoje, dos 0,38% arrecadados com a CPMF em todas movimentações financeiras, apenas 0,20% são repassados à saúde. O Governo propõe que o percentual suba para 0,23 em 2008 e até 2011 o índice chegue a 0,28% do imposto cheque.



■ DARCÍSIO PERONDI DIZ QUE O MINISTRO MANTEGA ESTÁ INSENSÍVEL À ELEVÇÃO DE VERBAS PARA O SETOR